A educação feminina e seus conflitos: a atuação de religiosas francesas em contraste com os programas pedagógicos do século XVII

L'éducation féminine et ses conflits : les actes des religieuses françaises en contraste aux programmes pédagogiques du XVIIème siècle

Beatriz Polidori Zechlinski[1]
Universidade Federal do Paraná

Resumo

Este artigo trata do período em que se disseminaram pela França as primeiras escolas para meninas dentro dos conventos, período esse em que começou a ser debatida com maior veemência a educação feminina, isto é, em que foram publicados tratados que discutiam se a educação de meninas era de fato necessária e o que elas deveriam aprender ou não. Nesse sentido, colocamos a atuação de religiosas em escolas femininas (tomando como exemplo especialmente o Monastério de Port-Royal e as ações da educadora Jacqueline Pascal) em contraposição a alguns tratados escritos nesse período por eclesiásticos, que tinham como objetivo delimitar as áreas em que o ensino de meninas podia adentrar.

Palavras-chave: educação feminina; século XVII; gênero.

Resumé

Cet article traite de la période dans laquelle se sont disséminées en France les premières écoles pour les filles dans les couvents, période également où on va prendre plus à coeur le débat sur l'éducation des filles, quand des traités ont été publiés abordant la nécessité de l'éducation des filles et ce qu'elles devaient apprendre ou pas. Cette recherche met en contraste les actes des religieuses dans les écoles féminines (on prend comme exemple notamment le Monastère de Port-Royal et l'action de l'éducatrice Jacqueline Pascal) et certains traités écrits par des ecclésiastiques, lesquels avaient comme but de délimiter les champs où l'enseignement des filles pouvaient pénetrer.

Mots-clés: éducation féminine; XVIIème siècle; genre.

● **Enviado em: 30/09/2013**
● **Aprovado em: 22/10/2013**

[1] Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná (2012). Professora substituta do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná e professora colaboradora do Curso de Mestrado em História, Cultura e Identidades da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Pesquisadora nas áreas de História Moderna, História da Cultura Escrita e da Leitura, História das Mulheres e Estudos de Gênero.

Os debates sobre as capacidades intelectuais femininas e a educação de mulheres foram intensos no século XVII, particularmente na França. No curso da Reforma Católica, a necessidade de educar as meninas passou a integrar as grandes preocupações da Igreja, proporcionando a disseminação de escolas femininas dentro dos conventos. Por outro lado, a propagação dos salões literários tornou visível a capacidade das mulheres em desenvolver a racionalidade e em debater seriamente assuntos considerados sérios e elevados, apesar das resistências ao reconhecimento da autoridade desses espaços mistos no mundo das letras.[2]

Assim, naquele momento não era mais possível para os letrados ignorar a existência de um conflito que tinha como causa os interditos impostos às mulheres no acesso ao conhecimento. As participantes dos salões e as religiosas (que organizavam as escolas) questionavam a manutenção desses interditos, provocando instabilidade no masculino ambiente das letras. Instalado o conflito, alguns letrados se filiaram à ideia corrente de que a educação das mulheres era essencial para o desenvolvimento da sociedade, mas que também era preciso impor limites a esse aprendizado, tendo em vista a natureza considerada fraca do sexo feminino.

Porém, havia outros letrados que observavam as capacidades das mulheres em desenvolver um pensamento complexo e original da mesma forma que os homens e que ajudaram a promover uma nova concepção do papel das mulheres na sociedade.[3] Por sua vez, algumas mulheres letradas, dentre as quais muitas religiosas, esforçaram-se para demonstrar que o mundo do saber lhes dizia respeito. Elas se valeram de táticas para disseminar a ideia de que o desenvolvimento intelectual era uma característica própria do seu sexo.

A proposta desse artigo é de demonstrar que programas pedagógicos escritos no final do século XVII, em sua maioria de autoria de eclesiásticos, apresentam-se na realidade como uma reação à autonomia que as religiosas haviam adquirido na área educacional feminina. O descontrole inicial frente à atuação de freiras pela cúpula da Igreja acabou gerando o receio de que elas pudessem avançar por vias indesejadas com a educação de meninas.

Ilustrando essa característica de algumas escolas femininas do século XVII, tomamos como exemplo o caso do Monastério de Port-Royal, no qual Jacqueline Pascal (1625-1661), uma das religiosas que atuavam como educadoras na instituição, desenvolveu em meados do

2 Sobre os salões literários franceses do século XVII ver HARTH, Erica. "The salon woman goes public… or does she?" In: GOLSMITH, Elizabeth C. and GOODMAN, Dena (ed.). *Going public*: women and publishing in Early Modern France. Ithaca / London: Cornell University Press, 1995. pp. 179-193; e também DUGGAN, Anne E. *Salonnières, furies and fairies*: the politics of gender and cultural change in absolutist France. Newark: University of Delaware Press, 2005. 288p.

3 Dentre esses escritores podemos citar Charles Perrault, Gilles Ménage, Jean de La Fontaine, Jean-Regnault Segrais e François Poullain de La Barre, que escreveram obras nas quais mostravam a relação positiva que poderia haver entre as mulheres e a intelectualidade.

século um método de ensino feminino voltado à racionalidade e a atuação das mulheres na esfera pública. Quanto aos programas pedagógicos que procuravam delinear os objetivos e as normas para a educação de meninas, analisamos especialmente dois manuais de grande repercussão, escritos no final do século: o do abade Claude Fleury, intitulado *Traité du choix et de la méthode des études*, de 1685; e o do teólogo François de Salignac de la Mothe-Fénelon (conhecido como Fénelon), intitulado *De l'éducation des filles*, de 1687.

1. Os conventos, a atuação das religiosas e o debate sobre a educação de meninas

Martine Sonnet sublinha que, embora o debate não fosse novo, foi nas três últimas décadas do século XVII que se disseminou no meio intelectual francês uma reflexão pedagógica mais aprofundada sobre a educação de mulheres. Nesse momento surgiram programas educativos mais bem elaborados do que os formulados na primeira metade do século.

Foi nos anos de 1670 e 1680, com a publicação dos trabalhos de Fleury, Fénelon, Madame de Lambert e Poullain de La Barre que o tema do acesso das meninas ao conhecimento se afirmou decisivamente no debate intelectual. Segundo Sonnet, as poucas compilações de ideias sobre a educação de meninas publicadas até a década de 1670 não haviam sido capazes de fazer suscitar um debate de grande abrangência.[4]

Conforme a autora, *l'Honnête femme* de Du Bosc, de 1632, por exemplo, afirmava as disposições femininas para as artes, em especial para a música, assim como para a história e a filosofia. Já *l'Honneste fille, dédiée à Mademoiselle*, de 1639, de Grenaille, apresentava-se como um audacioso plano de educação para as mulheres, incluindo o ensino de lógica, física, retórica, grego, latim, italiano, espanhol e história da França.[5] As características demasiado liberais dessas propostas podem ter contribuído para que elas não surtissem o efeito que os autores desejavam. Contudo, outros fatores também favoreceram o aparecimento do debate mais efusivo no final do século e não antes.

De acordo com Sonnet, a eclosão do debate aconteceu nesse momento específico devido a dois fatores preponderantes: por um lado, na perspectiva literária, havia o estímulo de quase todo um século de querelas a respeito das mulheres e de sua participação na vida pública, na construção do conhecimento e na literatura francesa; de outro lado, na perspectiva

4 SONNET, Martine. Que faut-il apprendre aux filles? Idéaux pédagogiques et culture féminine à la fin du XVIIe siècle. *Papers on French Seventeenth Century Literature*. Vol. XXII, nº 43, pp. 369-378, 1995.

5 Ibidem. p. 369.

social, havia a possibilidade de apreciar pelo menos cem anos de iniciativas na educação feminina nascidas da voga reformista católica.[6]

De fato, segundo Elizabeth Rapley, foi principalmente a estruturação das escolas femininas empreendida por religiosas que mudou completamente a maneira como se pensava a educação de mulheres na França.[7] Assim, a publicação de programas específicos para a educação de meninas e as propostas de reflexão sobre esse tema surgiram posteriormente às iniciativas das ordens religiosas femininas no ensino de meninas, especialmente as realizadas pela Ordem de Santa Úrsula e pela Ordem da Visitação.[8]

Podemos notar, dessa forma, que muitos dos programas educativos propostos no final do século apareceram com a intenção de colocar limites à expansão sem rédeas do movimento pelo ensino feminino. As publicações que tratavam desse tema no final do século objetivavam enquadrar o movimento nos padrões considerados adequados ao papel social das mulheres e impedir que o ensino feminino tomasse rumos indesejados.

No curso do século XVII as congregações religiosas católicas de ensino se multiplicaram e passaram a ocupar efetivamente o terreno da instrução das meninas, fosse pelas escolas de caridade para as mais pobres, fosse pelos pensionatos para as mais afortunadas.[9] Essas escolas foram um dos grandes pilares da reestruturação do catolicismo em tempos de Reforma, pois elas representavam uma maneira eficiente de utilizar o papel das mulheres dentro da casa para lutar contra o protestantismo, num momento em que os protestantes já se encontravam muito à frente dos católicos no que se referia ao ensino e à pregação.[10]

Segundo Rapley, além da necessidade sentida pela Igreja Católica de tomar um espaço que estava sendo ocupado pelos protestantes, a rápida expansão das escolas para meninas também foi favorecida pela verdadeira "invasão"[11] de conventos ocorrida na primeira metade do século XVII, acompanhada pelo intenso aumento no número de mulheres que entraram para a vida religiosa.

Em grande parte como decorrência das destruições causadas pelas guerras religiosas no século XVI, as instituições monásticas femininas encontravam-se enfraquecidas, tanto no

6 Ibidem. p. 370.
7 RAPLEY, Elizabeth. *A social history of the cloister*: daily life in the teaching monasteries of the Old Regime. Montreal / Kingston / London / Ithaca: McGill-Queen's University Press, 2001. 379p.
8 A Ordem de Santa Úrsula foi fundada em Brescia, na Itália, em 1535, por Angela Merici. Na França as primeiras religiosas pertencentes a essa ordem surgiram no final do século XVI. A Ordem da Visitação foi fundada por François de Sales e Jeanne de Chantal em 1610, em Annecy, na França.
9 SONNET, Martine. Que faut-il apprendre aux filles?... Op. cit.
10 RAPLEY, Elizabeth. *A social history of*... Op. cit. p. 14.
11 Ibidem. p. 16.

que se referia ao número de casas quanto à função que desempenhavam.[12] Além do incentivo ao aparecimento das novas instituições provocado pela nova função educativa que deveriam desempenhar, o fenômeno de expansão de abadias, monastérios e conventos também é compreendido por Elizabeth Rapley a partir de outro processo próprio do período da Reforma: o do surgimento de novas ordens religiosas, cada qual buscando o seu espaço e o seu campo de atuação.

As Reformas religiosas se iniciaram num momento em que a aristocracia sentia necessidade de reaproximar-se da fé. No início do século XVI essa necessidade corroborou para que os aristocratas apoiassem financeiramente a criação de novas ordens religiosas, tanto masculinas, como a Companhia de Jesus e a Ordem dos Frades Menores Capuchinhos, quanto femininas, como a Ordem de Santa Úrsula. No princípio do século XVII surgiram ainda outras ordens, como a Ordem da Visitação. Essas ordens correspondiam às demandas da aristocracia, que preferia entregar os seus filhos e filhas para instituições que pudesse controlar mais de perto.

Porém, essa transformação no seio da Igreja não ocorreu sem conflitos. Em primeiro lugar, com o surgimento de muitas ordens diferentes tornaram-se inevitáveis as disputas e discórdias entre elas.[13] Um dos embates mais conhecidos foi o da rivalidade entre Jesuítas e Capuchinhos, que envolvia o Monastério de Port-Royal e o ensino de meninos.

Os Jesuítas, que dominavam grande parte das instituições de ensino, educavam em latim, enquanto nas *Petites écoles de Port-Royal*[14], onde os Frades Capuchinhos exerciam grande influência, educava-se em francês e experimentavam-se novas técnicas pedagógicas, com uma relação mais próxima entre professores e alunos.[15] A tomada de espaço no setor educacional e as inovações pretendidas por Port-Royal não eram bem vistas pelos Jesuítas, que estimularam a Monarquia a decretar o fim da instituição.

Outro problema gerado pela disseminação de instituições religiosas era o do próprio espaço físico que elas ocupavam. Cada prédio adquirido pelas ordens religiosas, fosse urbano ou rural, significava menor arrecadação de impostos pela Monarquia, pois a Igreja desfrutava de numerosas isenções. Além disso, a coroa preocupava-se com a falta de controle sobre o que acontecia no interior desses locais e sobre a influência que eles passaram a exercer perante a sociedade.

---

12 Ibidem. p. 15.
13 Ibidem. p. 18.
14 As *Petites Écoles de Port-Royal* (pequenas escolas do Monastério de Port-Royal) foram escolas para meninos organizadas por leigos chamados de Solitários que viviam junto ao prédio do monastério de Port-Royal des Champs.
15 DELFORGE, Frédéric. *Les Petites écoles de Port-Royal :* 1637-1660. Paris: Cerf, 1985. 438p.

O descontentamento relativo à desvantagem financeira e o receio da Monarquia quanto ao excessivo poder das ordens religiosas foi tão grande que chegou ao ponto de levar o ministro das finanças de Luís XIV, Jean-Baptiste Colbert (1619-1683), a ordenar uma fiscalização geral dos mosteiros por funcionários da coroa, do que decorreu o fechamento de alguns deles.[16] Colbert expressava a preocupação em reduzir a entrada de mulheres em conventos, sugerindo que fosse diminuído o alto valor dos dotes pedidos nas negociações de casamentos, o que era para ele um dos motivos que levava as famílias a encaminhar suas filhas para a vida religiosa.[17]

De fato, devemos considerar que não eram apenas sentimentos religiosos que influenciavam a entrada das mulheres nos conventos. Além do problema financeiro causado pelas dificuldades em dotar mais de uma filha, muitas famílias resolviam o problema de meninas desobedientes ou desafiadoras enviando-as para casas religiosas.

Quando não conseguiam casar uma menina restavam poucas opções para as famílias aristocratas e burguesas. Para os meninos existiam algumas alternativas de carreira quando eles não obtinham bons casamentos, como a militar ou a de funcionário da coroa, assim como a dedicação às letras podia conduzir um homem à profissão de secretário ou de historiógrafo. Para as meninas não existiam muitas possibilidades além do casamento, de forma que os votos religiosos eram o caminho seguido por muitas meninas que não possuíam qualquer vocação religiosa.[18]

Famílias resolviam o problema da falta de vocação enviando meninas ainda crianças para os monastérios, de forma que elas nem mesmo experimentassem a vida exterior, conforme destaca Roger Duchêne.[19] Antes de ocorrer uma série de reformas no século XVII, outro fator que favorecia a entrada de mulheres sem vocação nas instituições religiosas femininas era que muitas delas não adotavam regras rígidas em seu funcionamento, permitindo uma série de liberdades e divertimentos.[20] Justamente em decorrência dos considerados "escândalos"[21], da maneira pouco rígida como era conduzido o cotidiano dentro

16 RAPLEY, Elizabeth. *A social history of* ... Op. cit. p. 20.

17 As opiniões de Colbert podem ser analisadas a partir da correspondência deixada por ele, conforme demonstrou Elizabeth Rapley. Ver RAPLEY, Elizabeth. *A social history of...* Op. cit. p. 21.

18 De acordo com Roger Duchêne, Jacques Eveillon, no seu livro *Traité des excommunications*, de 1651, estimou que um terço das religiosas pronunciavam os votos a contragosto. Ver DUCHÊNE, Roger. *Etre femme au temps de Louis XIV*. Paris: Perrin, 2004. 428p. p. 75.

19 Ibidem. p.73.

20 Ibidem. p.71.

21 Tanto Elizabeth Rapley quanto Roger Duchêne destacam a preocupação da Igreja com os considerados "escândalos" ocorridos dentro de conventos até o início do século XVII, isto é, com a forma pouco rígida com que era conduzido o cotidiano de algumas casas religiosas, permitindo às freiras certos

das casas religiosas, é que surgiram no século XVII regulamentações e constituições monásticas com a função de moralizar as práticas dentro dos monastérios.[22]

Esses problemas conduziram ao debate sobre a necessidade da vocação religiosa para as mulheres, do seu livre arbítrio para seguir ou não o caminho da religião e da idade mínima para professar os votos. Esses assuntos foram seriamente debatidos por Jacqueline Pascal quando exercia a sua função de mestre de noviças e de professora do pensionato de Port-Royal. A própria noção de "vocação" foi introduzida na teologia pelo mais importante dos diretores de Port-Royal, o abade de Saint-Cyran (1581-1643).[23]

Outro problema que se colocava no século XVII na relação entre as mulheres e a vida religiosa era o da clausura. Nem sempre as religiosas foram obrigadas a ela, pois a decisão de impedir qualquer contato das freiras com a realidade exterior aconteceu com a bula *Periculoso*, de Bonifácio VIII, de 1298, a mesma que determinava a necessidade de tomar votos solenes.[24] A determinação significava a vontade da Igreja de manter a qualquer custo a castidade dessas mulheres, cujo celibato era um símbolo fundamental da pureza da instituição.[25] Devemos lembrar também que o misticismo e a heterodoxia estavam associados no plano discursivo à fraca natureza feminina, de forma que a decisão do Papa vinha corroborar com a ideia de que era necessário manter total controle sobre a mente e o corpo das mulheres.[26]

Apesar das determinações da *Periculoso*, relatos confirmam que a resolução de Bonifácio VIII não foi cumprida, de forma que no Concílio de Trento foi necessário reafirmar a decisão de enclausurar as religiosas, na sessão de quatro de dezembro de 1563[27], adicionando inclusive sansões para aquelas que ousassem violar a regra. Desta vez o imperativo de

---

divertimentos, um número excessivo de visitas ou pouca dedicação às práticas religiosas. Ver RAPLEY, Elizabeth. *A social history of*... Op. cit. e DUCHÊNE, Roger. *Etre femme au temps...* Op. cit.

22 WEAVER, F. Ellen. *La Contre-Réforme et les Constitutions de Port-Royal*. Paris: Cerf, 2002. 242p.

23 SELLIER, Philippe. Qu'est-ce que Port-Royal ? *Publications électroniques de Port-Royal*, série 2009. Disponível em: http://www.amisdeportroyal.org/bibliotheque/./?Qu-est-ce-que-Port-Royal.html. Consultado em 10 de junho de 2011.

24 RAPLEY, Elizabeth. *A social history of*... Op. cit. p. 112.

25 Quanto à castidade, a decisão da Igreja pela clausura pode ser vista também como uma forma de proteção às religiosas, visto que no período medieval mulheres que não estavam protegidas pelo casamento ou pela sua casa ficavam facilmente vulneráveis à violência sexual.

26 O misticismo e a heterodoxia associados ao feminino sempre causaram medo na Igreja. Místicas eram vistas com desconfiança pela ortodoxia católica, pela relação individual que pretendiam com Deus ou com santos. Um desses casos é o de Jeanne Guyon (1648-1717), a Madame Guyon, católica, após ficar viúva resolveu dedicar-se à espiritualidade, conquistando seguidores. Acabou sendo presa em 1688, acusada de formar uma espécie de seita. Foi libertada após a intervenção de Madame de Maintenon e recebida no monastério de Saint-Cyr. Sobre Jeanne Guyon ver BEAUDRY, Catherine. "L'accès au livre : Jeanne Guyon." In: BROUARD-ARENDS, Isabelle (dir.) *Lectrices d'Ancien Régime*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2003. pp. 59-68.

27 DUCHÊNE, Roger. *Etre femme au temps*… Op. cit. p. 71.

moralização da Reforma provocou maior fiscalização, realizada por bispos e por padres delegados por eles.[28]

Principalmente duas questões causavam descontentamento em relação à clausura. Por um lado, famílias aristocratas conheciam a realidade das meninas enviadas para conventos contra a própria vontade e viam de forma positiva a facilidade com que podiam continuar mantendo relações com elas mesmo após a tomada dos votos. Por outro lado, a imposição do claustro entrava em contradição com a nova função que as freiras deveriam desempenhar como professoras, pois não era somente nos pensionatos que elas atuavam, mas também em escolas gratuitas para meninas menos favorecidas. Apesar da decisão sobre o claustro ter desfavorecido em muito a educação das meninas que não podiam pagar pelos pensionatos, passado um período inicial de rigor na fiscalização algumas casas religiosas femininas simplesmente voltaram a organizar escolas fora do claustro, especialmente no meio rural.[29]

Segundo Elizabeth Rapley, alguns reformadores se opuseram de forma veemente à decisão do Concílio de Trento de reiterar a bula de Bonifácio VIII. Um deles foi François de Sales, o qual insistia na ideia de que a Igreja necessitava de verdadeiras esposas de Jesus Cristo e não de prisioneiras; argumentava, além disso, que em liberdade as religiosas poderiam prestar serviços úteis à comunidade. Para Sales, se o claustro não fora sempre um imperativo da Igreja, ele não se mostrava de fato necessário.[30]

Apesar dos conservadores terem mantido a decisão relativa à clausura, a fiscalização não foi suficiente para manter o total isolamento dos monastérios femininos, pois de diversas maneiras as religiosas mantinham contato com o mundo exterior.[31] Muitas exceções eram permitidas em relação às visitas que elas recebiam, pois normalmente as famílias que financiavam as ordens religiosas, assim como a família real, usufruíam de acesso irrestrito ao interior das instituições.[32] Além disso, conhecemos casos de mulheres aristocratas que gozavam de livre acesso às casas religiosas e que inclusive lá residiram em períodos de suas vidas.[33]

---

28 RAPLEY, Elizabeth. *A social history of*... Op. cit. p. 115.

29 DUCHÊNE, Roger. *Etre femme au temps...* Op. cit. Os casos são pontuais e específicos, mas demonstram que as regras impostas pela Igreja nem sempre eram obedecidas à risca.

30 RAPLEY, Elizabeth. *A social history of*... Op. cit. p. 113.

31 Sobre a relação das religiosas com o mundo exterior ver RIDEAU, Gaël. Vie régulière et ouverture au monde aux XVIIe et XVIIIe siècles : la Visitation de Sainte-Marie d'Orléans. *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*. 52-4, outubro-dezembro, pp. 24-49, 2005.

32 DUCHÊNE, Roger. *Etre femme au temps*... Op. cit.

33 Conforme Philippe Sellier muitas mulheres usufruíram de livre acesso à Port-Royal durante o século XVII, dentre elas Madame de Sablé, que lá mantinha um cômodo. Ver SELLIER, Philippe. Qu'est-ce que Port-Royal?... Op. cit. Jacqueline Pascal também passou uma temporada de quinze dias em Port-Royal de Paris no período anterior à sua entrada no monastério como religiosa, conforme podemos constatar pela

Inevitável também passou a ser a entrada e a saída das pensionistas, cuja educação evidenciava a influência das religiosas no mundo exterior. Quando se iniciou o movimento de organização dos pensionatos femininos na primeira década do século XVII não existia um modelo de escola que devesse orientar as professoras, de forma que nesse sentido elas usufruíram de grande autonomia. A bula de Paulo V, de 1616, dava indicações de quais eram os objetivos gerais desses pensionatos, principalmente o de ensinar às meninas a piedade e a virtude, a forma adequada de examinar a consciência, de confessar seus pecados, de comungar, de ouvir a santa missa, de rezar a Deus, de recitar o rosário, de meditar e de ler os livros espirituais e, acima de tudo, a maneira correta de fugir dos vícios e de governar uma casa.[34] Porém, muitas decisões ficaram ao cargo das próprias freiras, inclusive a lista de livros a ser utilizada e o sistema pedagógico adotado.[35]

A exigência dos quadros superiores da Igreja em meados desse século de que as religiosas relatassem a forma como vinham educando as pensionistas – o que aconteceu com Jacqueline Pascal quando ela se viu impelida a escrever *Règlement pour les enfants*[36] – evidencia que, posteriormente às primeiras experiências de ensino feminino, surgiu uma preocupação em controlar exatamente o que as professoras ensinavam e a forma como ensinavam.

Analisando outras decisões dos quadros superiores da Igreja tomadas em meados do século XVII, vemos que o período inicial de organização do ensino feminino ocorreu com certa liberdade, como, por exemplo, a determinação de separar meninos e meninas em salas de aula distintas.[37] Constatamos que no período inicial algumas meninas puderam usufruir da mesma instrução dos garotos, embora isso tenha ocorrido apenas em um curto período.

De uma maneira geral, podemos dizer que as religiosas cumpriam com o objetivo fundamental que lhes era requerido, o de fornecer uma cultura religiosa básica para as

---

carta em que faz esse pedido ao seu pai, em 19 de junho de 1648. PASCAL, Jacqueline. "Monsieur mon père, A Paris, ce 19 juin 1648." In: COUSIN, Victor. *Jacqueline Pascal*, premières études sur les femmes illustres et la société du XVIIe siècle. 3ª ed. Paris: Didier et Cie, Libraires Éditeurs, 1856. pp. 106-114.

34 DUCHÊNE, Roger. *Etre femme au temps...* Op. cit. p. 91.

35 Conforme conclusão de Catherine Beaudry são incomuns as fontes que nos permitem conhecer quais eram os livros utilizados para a educação de pensionárias nos conventos. Nesse sentido, o tratado de Jacqueline Pascal, *Règlement pour les enfants*, onde ela cita as obras que utilizava, é uma fonte um tanto rara para esta época. Ver BEAUDRY, Catherine. "L'accès au livre : Jeanne Guyon." In: BROUARD-ARENDS, Isabelle (dir.) *Lectrices d'Ancien Régime*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2003. pp. 59-68.

36 *Règlement pour les enfants* foi um tratado que Jacqueline Pascal escreveu em 1657 sobre a educação das meninas em Port-Royal e que era direcionado ao diretor espiritual do Monastério, Antoine Singlin. Nesse tratado ela explicava detalhadamente como era organizado o cotidiano das pensionistas e quais elas os preceitos pedagógicos utilizados pelas educadoras. PASCAL, Jacqueline. "Règlement pour les enfants." In: COUSIN, Victor. *Jacqueline Pascal*, premières études sur les femmes illustres et la société du XVIIe siècle. 3ª ed. Paris: Didier et Cie, Libraires Éditeurs, 1856. 466p. pp. 359-425.

37 DUCHÊNE, Roger. *Etre femme au temps...* Op. cit. p. 92.

meninas e de lhes proporcionar alguns conhecimentos úteis para a administração da casa e para a educação dos filhos.[38] No entanto, é importante considerar, como pondera Martine Sonnet, a possibilidade que as alunas dos pensionatos aprendessem mais do que previa esse plano básico, embora as regras desses estabelecimentos jamais preconizassem ou se vangloriassem de proporcionar estudos "extras".[39]

Conforme Sonnet, não era incomum que saberes profanos fossem acrescentados ao currículo educativo conventual, sem que constassem oficialmente do programa pedagógico. Era preciso muita ousadia em relação ao pensamento institucional para reivindicar o acesso das meninas a certas ciências, mesmo que na realidade essa prática já existisse.[40] Devemos considerar também que de maneira geral as religiosas apresentavam um nível cultural mais alto do que a média das mulheres de mesmo nível social que o delas e que, além disso, a leitura ocupava grande parte do tempo da educação das pensionistas.[41] Assim, o desenvolvimento intelectual feminino era favorecido no interior das instituições religiosas.

Segundo Marie-Élisabeth Henneau a vida conventual supunha um contato quase permanente com o livro. Como os monastérios dispunham de bibliotecas célebres e o contato com os textos era facilitado, eram recorrentes as demonstrações de preocupação dos diretores religiosos com o uso das leituras realizadas pelas próprias freiras e também com os livros que elas utilizavam no ensino das meninas nos conventos.[42]

Na escola para meninas de Port-Royal de Paris, coordenada por Jacqueline Pascal, reservava-se bastante tempo para a leitura e também para a escrita. No seu tratado *Règlement pour les enfants* podemos perceber algumas linhas do ideal pedagógico da instituição. O texto que Jacqueline escreveu a pedido do diretor Antoine Singlin data de 15 de abril de 1657 e foi publicado posteriormente de forma clandestina junto com as Constituições do Monastério de Port-Royal (*Constitutions du monastère de Port-Royal*), em 1665.

Jacqueline inicia *Règlement pour les enfants* com explicações direcionadas ao diretor Singlin, das quais observamos algumas constatações. Primeiramente, de que até aquele momento Jacqueline usufruía de autonomia na forma como educava as meninas. Além disso, na data em que Jacqueline escreveu esse texto já havia sido deflagrado o conflito sobre as

38 BERNOS, Marcel. La culture religieuse des femmes au XVIIe siècle. *Papers on French Seventeenth Century Literature*. v. XXII, nº 43, pp. 379-393, 1995.
39 SONNET, Martine. Que faut-il apprendre aux filles?... Op. cit.
40 Ibidem.
41 BERNOS, Marcel. La culture religieuse... Op. cit.
42 HENNEAU, Marie-Élisabeth. "Un livre sous les yeux, une plume à la main, de l'usage de la lecture et de l'écriture dans les couvents de femmes (17e-18e S.)." In: BROUARD-ARENDS, Isabelle (dir.) *Lectrices d'Ancien Régime*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2003. pp. 67-79.

ideias contidas em *Augustinus*.[43] Assim, a insubordinação das freiras às autoridades eclesiásticas havia levado à necessidade de verificar a maneira como o ensino feminino vinha sendo conduzido pelas religiosas insubordinadas. Apesar de o texto direcionar-se ao diretor Antoine Singlin, a preocupação maior provavelmente vinha dos seus superiores, pois o diretor mantinha um contato mais direto com o dia a dia das religiosas:

> Eu vos peço muito humildemente perdão se eu diferi tanto tempo para vos prestar contas da maneira como eu ajo com as crianças. O que me impediu de fazê-lo desde a primeira vez que vós me dissestes, foi que eu acreditava que vós me demandáveis que eu colocasse por escrito a maneira pela qual era preciso conduzi-las, o que eu não julgava poder empreender sem uma muito grande temeridade, tendo tão pouca luz para um trabalho tão difícil. (...) Mas o que me aboliu essa dificuldade, foi que vós me dissestes depois que vós não me demandáveis que eu escrevesse como era preciso conduzi-las, mas somente como eu as conduzia, a fim de observar as faltas que eu cometo (...).
>
> [Je vous demande très-humblement pardon si j'ai différé si longtemps à vous rendre compte de la manière dont j'agis avec les enfants. Ce qui m'a empêchée de le faire dès la première parole que vous m'en avez dite, a été que je croyois que vous me demandiez que je misse par écrit la manière dont il les falloit conduire, ce que je ne jugeois pas pouvoir entreprendre sans une très grande témérité, ayant si peu de lumière pour un emploi si dificile. (...) Mais ce qui m'a ôté de peine, c'est que vous m'avez dit depuis que vous ne me demandiez pas que j'écrivisse comme il les falloit conduire, mais seulement comme je les conduisois, afin de remarquer les fautes que j'y commets (...)][44]

Jacqueline evidencia que o texto é uma prestação de contas e que o tratado não pretendia ser um manual pedagógico, mas um relatório do que ela de fato realizava. Dessa forma, devemos considerar que a escrita de um texto como esse, nas circunstâncias em que foi escrito, teve uma dupla função. Se por um lado explicitava a vontade de controle dos superiores eclesiásticos, por outro lado ele também se mostrava como uma oportunidade de explicitar o ponto de vista da escritora sobre a educação de meninas. A escrita desse relatório pode mesmo ter sido realizada a partir de um acordo entre a escritora e o diretor, com o objetivo de mostrar para os quadros superiores da Igreja que as meninas de Port-Royal estavam sendo educadas corretamente e dentro de rígidas normas. Ela certamente tomou o cuidado de não registrar fatos que poderiam colocá-la em situação ainda mais difícil do que já se encontravam as religiosas de Port-Royal.

---

43 No início da década de 1650 se iniciou o conflito entre as religiosas de Port-Royal e os superiores eclesiásticos, porque estes desejavam fazer as freiras assumirem que a obra de Cornelius Jansen, *Augustinus* (1940), continha ideias heréticas. Elas, no entanto, negavam-se a confessar que haviam lido o livro. Esse conflito resultará na destruição do Monastério de Port-Royal des Champs, com a prisão de algumas religiosas no final do século XVII e a dispersão das demais no início do século XVIII. Sobre esse tema ver a tese de doutorado de minha autoria, já citada.

44 PASCAL, Jacqueline. "Règlement pour les enfants." In: COUSIN, Victor. *Jacqueline Pascal*... Op. cit. p. 359/360.

Quanto ao cotidiano das pensionistas, nossa ênfase é para a leitura e a escrita como elementos importantes das suas obrigações diárias. As leituras da manhã incluíam, segundo o relatório de Jacqueline: *L'imitation de Jésus-Christ*, *Grenade*, *Lettres de M. de Saint-Cyran*, *Théologie familière*, *les Maximes Chrétiennes*, *les Méditations de sainte Thérèse sur le Pater* e "outros livros que têm por objetivo formar uma vida verdadeiramente cristã" ["autres livres qui ont pour but de former une vie vraiment chrétienne"].[45] Durante a tarde liam-se as cartas de São Jerônimo, *l'Aumône chrétienne*, *Chemin de la perfection de sainte Thérèse*, assim como as histórias da vida dos padres do deserto e outras vidas de santos e de santas "que estão em livros particulares" ["qui sont dans les livres particuliers"][46]

Ao citar a utilização de "outros livros" Jacqueline deixava em aberto as possibilidades de uso da leitura. É notável, por exemplo, que elas utilizavam os escritos produzidos dentro do monastério pelas próprias religiosas[47], o que podemos relacionar com o valor dado ao bem escrever e a possibilidade de produção intelectual pelas mulheres. Nas leituras realizadas no monastério, conforme destaca Marcel Bak, havia o objetivo de proporcionar o aprendizado pelo exemplo.

Dessa forma, a vida de Jesus Cristo e a vida dos santos e das santas serviam como modelos que deveriam ser seguidos pelas alunas. A leitura em Port-Royal cumpria, portanto, a função de mostrar o modo de agir, os hábitos e o pensamento de figuras religiosas cuja conduta era exemplar. Buscava-se a perfeição das condutas dos indivíduos e, por isso, eram privilegiados os livros onde as experiências pessoais poderiam ser consideradas exemplares.

A leitura também era realizada segundo normas prévias, havendo estrito controle quanto ao que as meninas liam. Elas não podiam permanecer com determinados livros a não ser na presença das freiras e também não podiam emprestar livros umas às outras. Todavia, apesar da austeridade quanto ao seguimento das normas, existia também diálogo entre as professoras e as alunas na prática da leitura. Quando uma professora fazia uma leitura para as alunas, sempre deveria dizer alguma coisa para lhes explicar aquilo que havia lido.[48] Quando as alunas liam as professoras sempre deveriam estar presentes para dar explicações sobre o conteúdo dos livros e para conversar com as alunas sobre a leitura que era realizada.[49] O

45 PASCAL, Jacqueline. Règlement pour les enfants... p. 420.
46 Ibidem. p. 420.
47 Como por exemplo o livro da madre Angélique Arnauld, *Image d'une Religieuse parfaite et d'une imparfaite*, conforme destacou BAK, Marcel. "Lectrices de Port-Royal." In: BROUARD-ARENDS, Isabelle (dir.) *Lectrices d'Ancien Régime*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2003. pp. 49-57.
48 PASCAL, Jacqueline. Règlement pour les enfants... Op. cit. p. 366.
49 Ibidem. p. 420.

hábito de ler em conjunto e depois comentar o texto lido lembra a prática de leitura dos salões literários, guardadas as devidas diferenças entre esses dois espaços.[50]

O importante em relação à leitura em Port-Royal é notar que ela não significava apenas o cumprimento de um ritual diário, mas preconizava a verdadeira compreensão do texto e dava margem até mesmo para interpretações individuais. Na pedagogia adotada por Jacqueline Pascal era fundamental que de fato existisse o entendimento do conteúdo da leitura, porque segundo a escritora a compreensão das alunas por si próprias era o que permitiria que elas fossem verdadeiramente tocadas pela fé. Dessa forma, sempre era permitido que as alunas colocassem questões sobre os conteúdos que não tinham sido compreendidos, desde que realizassem as perguntas com respeito e humildade.[51]

De quinze em quinze dias as professoras deveriam ter conversas individuais com as pensionistas, momento em que devia haver, conforme o ideal de Jacqueline, uma relação pessoal mais direta entre as duas. No modo como Jacqueline pretendia que fosse a relação de ensino e aprendizado, se preconizavam a doçura no tratamento e a necessidade de conquistar o coração da criança.[52] Dessa forma, percebemos que o ideal educativo de Port-Royal, apesar de muito rígido em suas normas, pretendia que o desenvolvimento intelectual das meninas fosse acompanhado da aproximação afetiva entre as educadoras e as alunas.

A escrita das pensionistas, assim como a leitura, também era cercada de cuidados e de restrições. Elas sempre deviam escrever ao sair da Santa Missa, todas em um mesmo local. O silêncio seria redobrado nesse momento e não era permitido às alunas mostrarem umas às outras os seus papéis, nem escrever de acordo com a sua própria fantasia. Elas deveriam principalmente escrever sobre o seu próprio exemplo[53], ou transcrever alguma coisa quando lhes era permitido.[54]

Quanto às restrições, não devemos esquecer que o texto de *Règlement pour les enfants* é uma prestação de contas aos superiores, portanto é natural que Jacqueline tenha tomado o cuidado de nele enfatizar que a leitura e a escrita das pensionistas eram muito bem supervisionadas pelas religiosas. De toda forma, o momento de produção da escrita durava

50 Philippe Sellier também enxerga algumas proximidades entre o cotidiano de Port-Royal e a cultura mundana. Ver SELLIER, Philippe. Qu'est-ce que Port-Royal?... Op. cit.
51 PASCAL, Jacqueline. Règlement pour les enfants... Op. cit. p. 421.
52 PASCAL, Jacqueline. Règlement pour les enfants... Op. cit.
53 O exemplo era um tema recorrente em Port-Royal. A vida dos santos e das santas era lida para ser seguida como exemplo.
54 Ibidem. p. 369.

quarenta e cinco minutos todos os dias, o que proporcionava para as crianças o desenvolvimento do hábito de escrever e a familiaridade com a escrita.[55]

Apesar da severidade com que era conduzido o ensino feminino, nas Constituições do Monastério de Port-Royal estava clara a prioridade em respeitar a livre vontade das meninas em permanecer ou não na instituição.[56] Todas as meninas que lá entravam com idade a partir dos quatro anos eram educadas até chegarem numa idade própria, por volta dos dezessete anos, para decidirem por elas mesmas se desejavam seguir o caminho da religião, tornando-se noviças, ou se desejavam retornar ao mundo.[57] Mesmo quanto ao uso do hábito, exigido a todas as alunas de Port-Royal, era respeitada a decisão da criança de não usá-lo, se caso lhe causasse "repugnância" [58].

Esse modo de pensar era condizente com o ideal pedagógico de Port Royal, pelo qual a simples obediência, a aceitação dos preceitos oferecidos e a repetição eram suplantadas pela ideia de que a aluna deveria fazer por ela própria uma reflexão; deveria ler e questionar até obter a completa compreensão do texto; deveria aprender na conversa com a professora. Por isso o mais importante, segundo Jacqueline Pascal, era a conquista do coração da aluna.

É certo que existia o rigor no projeto educacional de Port-Royal, mas esse mesmo rigor fazia com que as meninas saíssem de lá levando consigo um conhecimento de gramática e uma familiaridade com a escrita, além do livre pensar, que não eram comuns para as mulheres daquela época. O cuidado para não empregar um rigor excessivo na educação de meninas é reconhecido por Jacqueline Pascal, que via na austeridade dois problemas: em primeiro lugar, a severidade poderia acabar lhes cansando o espírito e a imaginação, em vez de unir o coração das meninas a Deus; depois, poderia também desencorajá-las a seguir os estudos, caso elas concluíssem que não poderiam chegar à perfeição demandada pelas freiras.[59]

É certo que em Port-Royal as meninas não eram educadas com o objetivo de torná-las "sábias", mas sim "boas cristãs". Nesse ponto o ideal de Jacqueline Pascal estava de acordo com o de Fénelon, do qual trataremos adiante. No entanto, percebemos que em Port-Royal o ideal de construção de um indivíduo que se desenvolvia por ele mesmo também era considerado válido para as mulheres. Conforme Anne E. Duggan, esse ideal de indivíduo que se construía por si próprio era baseado na ideia da capacidade de cada um desenvolver a razão. Segundo o discurso hegemônico sobre as mulheres, como elas não seriam capazes de

55 Ibidem. Op. cit. p. 369.
56 *Les Constitutions du monastère...* Op. cit. A primeira edição das Constituições data de 1665.
57 PASCAL, Jacqueline. Règlement pour les enfants... Op. cit. p. 360.
58 Les Constitutions du monastère... Op. cit. p. 95.
59 PASCAL. Jacqueline. Règlement pour les enfants... op. cit. p. 363/364.

desenvolver completamente a razão, pois não sabiam controlar as emoções, o ideal de indivíduo deveria ser pensado apenas para os homens.[60]

Já no ideal pedagógico de Port-Royal vislumbrava-se a possibilidade de uma menina desenvolver a racionalidade e pensar por si mesma – o que questionava o ideal de indivíduo exclusivamente masculino. Além disso, no Monastério se acreditava que elas poderiam controlar completamente as suas emoções, as suas paixões, chegando ao estado de perfeição que tinha como modelo a vida de santos e de santas. Dessa forma, previa-se que as meninas sairiam do pensionato para cumprir uma importante função pública, interagindo nos demais espaços letrados. A função da mulher que deixava Port-Royal após receber uma rigorosa educação não era apenas a de obedecer ao marido; como disse Racine, ela saía de lá para edificar o mundo.

Esse ideal pedagógico feminino foi obstruído em abril de 1661 quando, por ordem do rei, todas as pensionistas tiveram de ser enviadas de volta para suas famílias. Nesse momento havia em Port-Royal de Paris vinte e duas pensionistas, doze postulantes e oito meninas recolhidas para tomar os votos, enquanto em Port-Royal des Champs havia vinte e cinco pensionistas e sete postulantes.[61]

2. Reações à autonomia das educadoras: os programas pedagógicos

De um modo geral, os diretores espirituais procuravam limitar o número de livros que as religiosas utilizavam e lhas aconselhavam principalmente os clássicos da literatura espiritual, como os livros de Gerson[62] e a vida dos santos, deixando textos como as Escrituras, o Novo Testamento e os textos conciliares para os eclesiásticos, por conterem passagens de extrema complexidade sobre as quais não cabia às mulheres refletir porque, segundo o pensamento eclesiástico, as mulheres corriam o sério risco de interpretar equivocadamente esses elevados escritos.[63] Porém, como destaca Marcel Bernos, foi somente no final do século XVII e durante o século XVIII que surgiram obras trazendo listas de livros considerados

60 DUGGAN, Anne E. *Salonnières, furies and fairies*... Op. cit. p. 38.

61 As informação são do livro escrito coletivamente pelas religiosas de Port-Royal *Histoire des persécutions des religieuses de Port-Royal, écrites par elles-mêmes*. A Ville-Franche: aux dépens de la Société, 1753. 562p. p. 13.

62 Jean Charlier (1363-1429), conhecido como Jean de Gerson, foi filósofo, teólogo e professor da Universidade de Paris (de 1395 a 1415), tendo deixado uma vasta obra de livros de piedade.

63 HENNEAU, Marie-Élisabeth. Un livre sous les yeux... Op. cit.

próprios para serem lidos dentro das instituições femininas, bem como davam conselhos quanto à melhor forma de realizar as leituras.[64]

Assim, a educação de meninas no século XVII se desenrolava em meio a uma série de tensões. Em primeiro lugar a necessidade da Igreja de controlar o espaço do ensino feminino se conjugou com o imperativo de reformar as instituições monásticas femininas, pois estas nem sempre seguiam normas muito rígidas.

A responsabilidade de organizar os pensionatos foi entregue às freiras, mas muito rapidamente os superiores eclesiásticos compreenderam que a atuação delas como educadoras denotava um poder e uma autonomia que poderiam ser excessivos, pois as liberdades por elas tomadas eram consideradas perigosas para a manutenção da ortodoxia católica e das hierarquias religiosas e de gênero. A constatação desse perigo vinha, em primeiro lugar, do fácil acesso ao livro dentro dos monastérios e do alto nível cultural das religiosas. Assim, para manter as hierarquias era preciso restringir o acesso ao conhecimento nessas instituições e ao programa de ensino das escolas conventuais.

Dessa forma, os programas pedagógicos propostos no final do século XVII pretendiam indicar que a organização do ensino feminino não podia depender do arbítrio, das intenções e das ideias de religiosas. Era necessário adequar a educação das mulheres ao papel social que elas deveriam cumprir, ou seja, de boas esposas e de mães, sem deixar margens para que pudessem sair dos conventos e se tornarem sábias com pretensões em assuntos políticos ou religiosos.

Dessa maneira, evidencia-se nas obras de Fleury[65] e de Fénelon[66] a preocupação em definir a educação de mulheres a partir do papel determinado para elas na sociedade. Esses teólogos admitiam a inclusão ponderada de alguns saberes profanos nos seus planos educacionais, como alguns princípios do direito, além da leitura, da escrita e de noções elementares de aritmética. Porém, nesses manuais pedagógicos os interditos ao ensino feminino aparecem com igual ou até com maior importância do que as recomendações.

---

64 BERNOS, Marcel. La culture religieuse... Op. cit. p. 389-390. Marcel Bernos cita o livro anônimo *Devoirs d'une maitresse des novices, par um ecclésiastique du premier ordre*, que é de 1697, e o livro de Pierre Collet, *Traité des devoirs de la vie religieuse*, de 1773.

65 O abade Claude Fleury (1640-1723) publicou em 1685 o livro *Traité du choix et de la méthode des études*, dois anos depois de uma obra sua que fez grande sucesso, *Catéchisme historique*. Em 1689 ele se tornou subpreceptor dos duques de Bourgogne, d'Anjou e de Berry, filhos de Luís XIV, cujo preceptopr era Fénelon. Em 1696 foi eleito membro da Academia Francesa.

66 O escritor e teólogo François de Salignac de la Mothe-Fénelon (1651-1715), conhecido como Fénelon, foi preceptor dos filhos de Luís XIV. Entrou para a Academia Francesa em 1693, porém, após a publicação de *Les aventures de Télémaque*, em 1699, obra que foi compreendida na época como uma crítica ao governo de Luís XIV, foi expulso da corte francesa e exilou-se na Bélgica.

Somente Poullain de La Barre destoa dos demais autores no tratamento da educação de meninas, já que o autor rejeita qualquer educação específica em seus tratados publicados em 1673 e 1674.[67] La Barre foi suficientemente audacioso para negar a inferioridade natural das mulheres, argumentando que as diferenças existentes eram apenas culturais, de forma que não havia nenhuma matéria a ser proibida no ensino feminino.

Como comenta Sonnet, trata-se de uma crítica social e não de um manual pedagógico, pois o autor não propõe nenhum plano de estudos, detendo-se na questão teórica dos preconceitos contra as mulheres. No entanto, é singular o seu último livro, *De l'excellence des hommes contre l'égalité des sexes*, de 1675, no qual o autor contradiz tudo aquilo que havia proposto anteriormente. Se a sua intenção era a de provocar polêmica e chamar a atenção para os livros anteriores (pois todas as suas obras foram publicadas anonimamente), ele não foi bem sucedido, pois, conforme constatou Martine Sonnet, suas publicações não alcançaram grande repercussão.[68]

Já o texto de Fleury obteve grande aceitação. Fleury trata da educação das mulheres no trigésimo sexto capítulo do seu manual pedagógico publicado em 1685, no final do qual o autor dedica-se justamente a explicitar os estudos apropriados para grupos específicos, além das mulheres, os eclesiásticos, os cavaleiros e os nobres. Às mulheres ele recomenda que lhes sejam fornecidas instruções úteis para o seu cotidiano, como a gramática orientada para a escrita de cartas ou de memórias, a aritmética básica, uma iniciação à jurisprudência (que poderia ser útil no caso das viúvas) e até mesmo conhecimentos sobre farmácia. No entanto, para ele era imperativo mantê-las longe de estudos tais como o latim e outras línguas, a matemática e a poesia – "curiosidades" que não teriam emprego algum e somente serviriam para tornar as mulheres vaidosas.[69]

O livro de Fénelon, surgido dois anos depois, em 1687, também demonstra a mesma preocupação com a curiosidade e a vaidade, chegando mesmo a tornar explícito o receio em

---

67 O escritor François Poullain de La Barre (1647-1723) era um partidário da filosofia de Descartes. Ele foi padre antes de se converter ao protestantismo na década de 1680. Com a revogação do Édito de Nantes, em 1685, acabou exilando-se em Genebra. Os tratados que ele escreveu sobre a condição das mulheres foram *De l'égalité des deux sexes, discours physique et moral où l'on voit l'importance de se défaire des préjugés*, de 1673; *De l'éducation des Dames pour la conduite de l'esprit dans les sciences et dans les moeurs*, de 1674 e *De l'excellence des hommes contre l'égalité des sexes*, de 1675.

68 SONNET, Martine. Que faut-il apprendre aux filles? ... Op. cit. p. 377. Para Martine Sonnet esta última obra de Poullain de la Barre foi uma maneira encontrada pelo autor para demonstrar as críticas que poderiam lhe ser feitas e assim ele poderia melhor refutá-las. Todavia, tendo em vista que esta foi a última obra do escritor, parece que nela havia apenas a intenção de criar polêmica.

69 FLEURY, Claude. *Traité du choix et de la méthode des études*. Paris: Pierre Aubouin, Pierre Emery et Charles Clousier, 1685. 370p.

transformar meninas em possíveis "preciosas"[70]. Ele se apressa em explicar que o medo de torná-las sábias ridículas não deveria barrar o desenvolvimento da educação feminina, ao contrário, era pelo ensino adequado da moral e da religião que seria possível evitar o desastre da proliferação de preciosas por toda parte:

> A educação dos meninos passa por uma das principais questões relativas ao bem público; (...). Para as meninas, digamos, não é necessário que elas sejam sábias, a curiosidade as torna vaidosas e preciosas; é suficiente que elas saibam governar um dia os seus lares, e obedecer aos seus maridos sem raciocinar. Não deixamos de nos servir da experiência que temos de muitas mulheres que a ciência tornou ridículas: depois do quê alguns acreditam que temos o direito de abandonar cegamente as meninas à conduta de mães ignorantes e indiscretas[71].
>
> [L'éducation des garçons passe pour une des principales affaires par rapport au bien public ; (...). Pour les filles, dit-on, il ne faut pas qu'elles soient savantes, la curitosité les rend vaines e precieuses, il suffit qu'elles sachent gouverner un jour leurs ménages, et óbeir à leurs mari sans raisonner. On ne manque pas de se servir de l'expérience qu'on a de beaucoup de femmes que la science a rendues ridicules : après quoi on se croit en droit d'abandonner aveuglement les filles à la conduite des mères ignorantes et indiscrètes.][72]

O pensamento presente no texto de Fénelon, de que o conhecimento excessivo tornava as mulheres preciosas ridículas, certamente se deve ao fato de que o teólogo acreditava que as mulheres não sabiam fazer bom uso daquilo que aprendiam, aproximando-se do teor das sátiras às preciosas que circulavam nesse mesmo período. O abade de Pure, por exemplo, em seu livro *La Pretieuse*[73], onde faz uma sátira bastante ríspida ao mundo dos salões, evidencia o medo que corria em paralelo à aquisição de conhecimentos aprofundados por mulheres. No livro de Pure são características de suas personagens – mulheres letradas que se propõem a discutir literatura, filosofia ou teologia – a arrogância, a vaidade, a intolerância e o mau gosto.

Ainda mais marcante do que essas características é a exposição que Pure faz do autoritarismo dessas mulheres. A narrativa do abade deixa clara a ideia de que uma vez que as mulheres adquirissem determinados conhecimentos sairiam a fazer julgamentos arbitrários

---

70 A partir de meados do século XVII até o início do século XVIII foram denominadas "preciosas" as mulheres letradas que participavam dos salões literários franceses. Inicialmente foi um adjetivo positivo, mas tornou-se depreciativo com o decorrer do tempo, em consequência das sátiras feitas a essas mulheres, por homens letrados que rejeitavam a participação das mulheres nas instituições literárias.

71 Aqui a palavra "indiscreta" é utilizada no sentido de falta de discernimento, falta de bom senso.

72 FÉNELON. *De l'éducation des filles*. Texte collationné sur l'édition de 1687, avec une introduction et des notes pédagogiques et explicatives, à l'usage des institutrices et des instituteurs, par Charles Defodon. Paris: Hachette, 1881. 149p. p.1-3.

73 PURE, Michel de. (Abbé de Pure). *La Pretieuse ou le Mystère des ruelles, dediée à telle qui n'y pense pas*. 4 vol. Paris: Pierre Lamy, 1656-1658. Vol. 1, 1656. 475 p. Publicação anônima.

pautados pelo sentimento e não pela razão, pois elas não seriam capazes de discernimento, de separar as suas emoções do pensamento racional.

Segundo o abade de Pure, era a falta de capacidade feminina para separar as emoções do pensamento racional o principal obstáculo ao acesso das mulheres ao mundo do saber, que exigia o domínio racional, a firmeza e a sensatez. Assim, quando da disputa de duas das personagens principais, Agathonte e Melanire, esta última se propõe à tarefa de escrever um discurso sobre o tema debatido com Agathonte. Todavia, ela se mostra incapaz de fazê-lo, pois a cólera e a paixão pelas quais está tomada a impossibilitam de fazer a reflexão necessária à escrita:

> Enfim sem ter outro olhar sobre todas essas considerações e sobre todos esses pensamentos que a reflexão e o espírito opunham à primeira emoção de sua cólera, ela colocou a mão na pena, e traçou um esboço de Agathonte. O ardor e o ressentimento a importunavam, e mesmo empurravam o seu pensamento e a sua mão para fora das regras. Ela lançou os olhos sobre a sua cólera, que a escrita lhe tornava visível; e tendo feito agir uma parte do seu julgamento, ela bem reconheceu a fraqueza do espírito do Sexo, e a desordem de uma forte paixão. Ela viu bem que o espírito faz nascerem coisas bonitas na boca daquelas que falam; são crianças bem infelizes na educação e na sequência, quando elas só passam pela mão das Mães. A arte demanda alguma coisa mais firme; e a expressão dos pensamentos não tem jamais seu efeito ou sua graça, sem a ajuda de uma arte que normalmente as mulheres não têm.
>
> [Enfin sans avoir d'autre égard à toutes ces considerations & à toutes ces pensées que la reflexion & l'esprit opposoit à la premiere émotion de sa colere, elle mit la main à la plume, & traça un crayon d'Agathonte. L'ardeur & le ressentiment l'importunoient, & mesme poussoient sa pensée & sa main hors des regles. Elle jetta les yeux sur son emportement, que l'ecriture luy rendoit visible ; & ayant fait agir une partie de son jugement, elle reconnut bien le foible de l'esprit du Sexe, & le desordre d'une forte passion. Elle vit bien que quoy que l'esprit fasse naistre de jolies choses dans la bouche de celles qui parlent ; ce sont des enfans bien malheureux dans l'éducation & dans la suite, quand ils ne passent que par les mains des Meres. L'art demande quelque chose de plus ferme ; & l'expression des pensées n'a jamais son effet ou ses graces, sans les aides d'un art que pour l'ordinaire les femmes n'ont point.][74]

Fénelon não é tão áspero quanto Pure, mas demonstra o mesmo receio sobre a relação das mulheres com a filosofia, a história ou a literatura: "É verdade que é preciso temer produzir sábias ridículas. As mulheres têm normalmente o espírito mais fraco e mais curioso[75] que os homens; também o propósito não é engajá-las em estudos pelos quais elas poderiam obstinar-se." ["Il est vrai qu'il faut craindre de faire des savantes ridicules. Les

74 PURE, Michel de. (Abbé de Pure). *La Pretieuse*... Op. cit. p. 67.

75 No século XVII a curiosidade é frequentemente citada como uma característica negativa, em especial em textos de teologia. A curiosidade significava o desejo de conhecer o que não era útil, esses conhecimentos eram considerados perigosos porque levavam à dúvida.

femmes ont d'ordinaire l'esprit encore plus faible et plus curieux que les hommes ; aussi n'est-il point à propos de les engager dans des études dont elles pourraient s'entêter."][76] Fénelon fala no perigo da "obstinação" em mulheres sábias, dando a entender que elas não têm controle sobre os seus atos e, por isso, estudos muito aprofundados poderiam levá-las a trilhar caminhos errados, socialmente perigosos, como por exemplo o da heresia.

O problema da fraqueza e da falta de controle emocional que Fénelon vê nas mulheres é a justificativa para afastá-las das funções públicas e dos cargos de poder. Dessa forma, nem mesmo a educação serviria para adequar as mulheres aos papeis de maior autoridade: "Elas não devem nem governar o Estado, nem fazer a guerra, nem entrar no ministério das coisas sagradas; assim, elas podem passar ao largo de certos conhecimentos aprofundados que pertencem à política, à arte militar, à jurisprudência, à filosofia e à teologia." [Elles ne doivent ni gouverner l'État, ni faire la guerre, ni entrer dans le ministère des choses sacrés ; ainsi, elles peuvent se passer de certaines connaissances étendues qui appartiennent à la politique, à l'art militaire, à la jurisprudence, à la philosophie et à la théologie.][77]

É bastante clara a relação que o autor estabelece entre a educação superior, que deveria ser ministrada aos rapazes, para os quais estavam prometidas funções públicas de poder e de autoridade, e a educação moral e religiosa, que serviria praticamente para impedir as meninas de causarem grandes estragos à ordem social. Também era importante que as mães, as esposas ou mesmo as amantes não exercessem influência negativa sobre os homens:

> Enfim, é preciso considerar, além disso, o bem que fazem as mulheres quando elas são bem educadas, o mal que elas causam no mundo quando lhes falta uma educação que lhes inspire a virtude. É certo que a má educação das mulheres fez mais mal que a dos homens, já que as desordens dos homens vêm frequentemente da má educação que eles receberam das suas mães, e das paixões que outras mulheres os inspiraram em uma idade mais avançada.
>
> Que intrigas se apresentam a nós nas histórias, que inversão de leis e de costumes, que guerras sangrentas, que novidades contra a religião, que revoluções de Estado, causadas pelo desregramento das mulheres! É isso que prova a importância de bem educar as meninas; procuremos os meios.
>
> [Enfin, il faut considérer, outre le bien qui font les femmes quand elles sont bien élevées, le mal qu'elles causent dans le monde quand elles manquent d'une éducation qui leur inspire la vertu. Il est constant que la mauvaise éducation des femmes fit plus de mal que celles des hommes, puisque les désordres des hommes viennent souvent de la mauvaise éducation qu'ils ont reçue de leurs mères, et des passions que d'autres femmes leur ont inspirées dans un âge plus avancé.
>
> Quelles intrigues se présentent à nous dans les histoires, quel renversement des lois et des moeurs, quelles guerres sanglantes, quelles

[76] FÉNELON. *De l'éducation des filles*... Op. cit. p.3.
[77] Ibidem. p. 3-4.

> nouveautés contre la religion, quelles révolutions d'Etat, causés par le dérèglement des femmes ! Voilà ce qui prouve l'importance de bien élever les filles ; cherchon-en les moyens.][78]

O Estado, a Igreja e a guerra eram as esferas de poder das quais as mulheres deviam ficar bem afastadas. Assim, os conhecimentos que serviam para o exercício do poder nessas três esferas – tais como política, arte militar, jurisprudência, filosofia, teologia e história – eram proibidos no ensino feminino. Importante notar a utilização da noção de público por Fénelon.[79] Segundo ele, os homens executavam funções no espaço público, deviam agir em espaço público. Para meninos os conhecimentos citados acima eram não somente úteis, mas totalmente necessários. Assim, no que se referia aos homens, as atividades políticas e profissionais eram consideradas de interesse público, isto é, associadas com a ação pública dos homens.

Quando o autor trata da educação das mulheres o termo público ganha outro sentido. Assim, ao dizer que as mulheres eram educadas para o "bem público", pretendia afirmar que a educação delas deveria servir para a manutenção da boa ordem social, para que agissem adequadamente como esposas, mães e organizadoras do lar, e para que não apresentassem perigo à organização social estabelecida. Aqui, portanto, o interesse público é o da ordem – estava associado à submissão das mulheres.

Assim, para Fénelon, além da educação religiosa básica, bastava que as mulheres tivessem conhecimentos úteis para a economia doméstica: ler e escrever corretamente (por isso era necessário ensinar-lhes um mínimo de gramática), as regras da aritmética e as principais normas da justiça, especialmente as que concerniam aos direitos de herança. Nesses pontos, Madame de Lambert[80] está totalmente de acordo com Fénelon, no qual se inspira ao escrever conselhos para sua filha, em *Les avis d'une mère à sa fille*[81]. Segundo Martine Sonnet, a ousadia da marquesa foi a de indicar para as meninas o estudo da história grega e romana, assim como a história da França e também um pouco de filosofia, pois essas matérias as ajudariam a pensar de forma justa.[82]

Porém, Madame de Lambert não deixa de compartilhar com Fénelon a preocupação em fornecer às meninas leituras muito bem selecionadas, afastando-as principalmente dos

78 Ibidem. p. 6-7.
79 Ibidem. p. 5-6.
80 Madame de Lambert (Anne-Thérèse de Marguenat-de-Courcelles, 1647-1753), a Marquesa de Lambert, abriu um salão literário no final do século XVII, o Hôtel de Nevers, do qual participaram Fénelon e alguns partidários dos Antigos, como Anne Dacier e Valincour.
81 Escrito na década de 1690, o livro de Madame de Lambert foi publicado apenas no século XVIII, conforme SONNET, Martine. Que faut-il apprendre aux filles? ... Op. cit.
82 Ibidem. p. 375.

romances e das poesias. Quanto às línguas, os dois autores aceitam o estudo do latim, mas censuram completamente o ensino do espanhol e do italiano.

Interessante notar a preocupação em interditar o estudo das línguas estrangeiras. A mais proeminente das preciosas, Madeleine de Scudéry, sabia italiano e espanhol, tendo aprendido com o seu tio, proprietário de uma extensa biblioteca que incluía muitos livros em línguas estrangeiras, inclusive romances.[83] Os livros de maior sucesso de Scudéry foram rapidamente traduzidos para essas línguas. O polêmico *La Princesse de Clèves* de Madame de La Fayette também teve pelo menos uma versão em italiano no final do século XVII.[84] Parece que barrar o estudo de línguas para meninas era uma das formas de tentar conter a ampla disseminação da cultura de romances.

Romance e poesia, eis os gêneros dos quais a educação cristã deveria afastar as mulheres – eles são interditos por Fleury, Fénelon e até mesmo por Madame de Lambert. Para os pedagogos é eminente a necessidade de colocar na mão das mulheres outros gêneros que elas pudessem ler, em especial os livros de piedade. Destaca-se, no entanto, que quanto à teologia, tanto no tratado de Fleury quanto no de Fénelon, não se desejava proporcionar às mulheres um conhecimento teológico profundo a ponto de lhes permitir debater os assuntos e dogmas da Igreja. O que se pretendia era proporcionar a elas os conhecimentos básicos da religião católica, a fim de que elas pudessem passá-los aos seus filhos, que não desvirtuassem a si próprias nem a sua família. Debates teológicos estavam reservados aos superiores eclesiásticos. Para elas era suficiente a devoção.

Nesse mesmo sentido, outro gênero sempre excluído do currículo feminino era a história. No século XVII a história começava a ser escrita como um espelho dos Estados nacionais recém formados. Era o conhecimento específico que dava aos Estados a legitimidade e a autoridade de que precisavam. Assim, a interferência de qualquer visão "feminina" na construção dessa história era considerada muito arriscada.

Dessa forma, podemos concluir que a educação pretendida para as mulheres deveria mantê-las afastadas do exercício do poder e impedi-las de adquirir conhecimentos suficientes (teologia e história, por exemplo) que pudessem suscitar dúvidas e questionamentos sobre preceitos da ortodoxia católica e da ordem do mundo. Por esse motivo, as freiras precisavam ser mantidas sob o controle da hierarquia de gênero estabelecida pela Igreja, em especial as que organizavam as escolas femininas.

---

83 SCUDÉRY, Madeleine de. *Mademoiselle de Scudéry, sa vie et sa correspondance, avec un choix de ses poésies* (par MM. Rathery et Boutron). Paris: Léon Techener, 1873. 531p.

84 LA FAYETTE, Madame de. *La Principessa di Cleves* [di la signora di La Fayette], trasportata dal francese da Gomes Fontana. Venetia: G. Albrizzi, 1691. 451 p.

Quando começaram a ser escritos os programas pedagógicos para meninas, havia ficado evidente que a autonomia das religiosas na condução do ensino abria as portas para a elevação da intelectualidade das mulheres, muito mais do que a Igreja naquele momento desejava aceitar. Percebe-se, portanto, a complexa relação das instituições religiosas femininas com o saber – elas abriam as portas para a erudição feminina, possibilitando às freiras o exercício cotidiano da escrita e da leitura; mas quando essa erudição começou a evadir os muros dos monastérios, enviando meninas letradas para o mundo, ela foi considerada nociva aos preceitos da Igreja.